

Quando o trabalho tem gênero: mulheres, silêncio e invisibilidade na história latino-americana (séculos XIX–XX)

Kátia Bizan

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Recebido em: 29 jan. 2026

Aprovado em: 13 jul. 2026

Publicado em: 31 ago. 2026

Resumo

Este artigo analisa a história do trabalho na América Latina entre os séculos XIX e XX a partir da categoria de gênero, enfatizando os processos de invisibilização e silenciamento das práticas laborais femininas. Em diálogo com a história social do trabalho, os estudos de gênero e a antropológica, argumenta-se que o trabalho é uma construção histórica e simbólica atravessada por regimes de reconhecimento que definem valor, memória e legitimidade. Ao examinar o silêncio como operador de apagamento e os limites do que foi considerado trabalho legítimo, demonstra-se que a exclusão das mulheres das narrativas tradicionais não decorre de sua ausência empírica, mas de processos estruturados por relações patriarcais, coloniais e racializadas que conformaram os mundos do trabalho latino-americanos. Essas dinâmicas articularam-se à colonialidade, à racialização e à divisão sexual do trabalho, produzindo formas específicas de invisibilização das experiências de mulheres negras, indígenas e mestiças. A perspectiva antropológica evidencia que o silêncio atua como mecanismo de produção de sentidos e de exclusão simbólica, o que permite compreender a centralidade da memória e das disputas por reconhecimento na constituição das desigualdades de gênero no trabalho.

Palavras-chave: História do trabalho; Gênero; Antropológica; Silêncio; América Latina.

* Pós-Doutoranda em Jornalismo (ECA/USP). Doutora e Mestra em Comunicação Social (UMESP). Pós-Graduação em Gestão Pública (UMESP) e em Educação com ênfase em Inteligência Artificial (UNICID). Graduada em Marketing (UMESP), Ciências Sociais (UNICID) e Criminologia (UNICID). Pesquisadora da Rede de Estudos e Pesquisas em Semiótica na área de Violência contra a Mulher e integrante dos grupos de pesquisa ALTERJOR (ECA/USP) e Comunicação, Educação e Equidade (CNPq/UEMG). E-mail: k.bizan@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-0559-1337>

 <http://lattes.cnpq.br/0530906664203763>

When Work Has Gender: Women, Silence, and Invisibility in Latin American History (Nineteenth and Twentieth Centuries)

Kátia Bizan

University of São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brazil

Received: 29th Jan. 2026

Approved: 13th Jul. 2026

Published: 31st Aug. 2026

Abstract

This article examines the history of labor in Latin America between the nineteenth and twentieth centuries through a gender perspective, emphasizing the processes of invisibilization and silencing of women's labor practices. Drawing on labor history, gender studies, and anthroposemiotics, it argues that labor is a historical and symbolic construction shaped by regimes of recognition that define value, memory, and legitimacy. By examining silence as a mechanism of erasure and the historical boundaries of what has been considered legitimate work, the study shows that the exclusion of women from dominant narratives does not result from their empirical absence, but from historical processes structured by patriarchal, colonial, and racialized relations that have shaped the worlds of labor in Latin America. These dynamics have been intertwined with coloniality, racialization, and the sexual division of labor, producing specific forms of invisibilization affecting Black, Indigenous, and mestiza women. The anthropossemiotic perspective adopted here highlights how silence operates as a mechanism of meaning-making and symbolic exclusion, contributing to an understanding of the centrality of memory and struggles for recognition in the constitution of gender inequalities in labor.

Keywords: Labor History; Gender; Anthroposemiotics; Silence; Latin America.

* Postdoctoral Researcher in Journalism (ECA/USP). Holds a Ph.D. and an M.A. in Social Communication from the Methodist University of São Paulo (UMESP). Completed postgraduate specialization programs in Public Management (UMESP) and Education with an emphasis on Artificial Intelligence (UNICID). Holds bachelor's degrees in Marketing (UMESP), Social Sciences (UNICID), and Criminology (UNICID). Researcher with the Semiotics Studies and Research Network in the field of Violence Against Women and member of the ALTERJOR Research Group (ECA/USP) and the Communication, Education, and Equity Research Group (CNPq/UEMG). Email: k.bizan@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0004-0559-1337>

 <http://lattes.cnpq.br/0530906664203763>

Introdução

A história do trabalho na América Latina foi construída, durante grande parte dos séculos XIX e XX, a partir de narrativas que privilegiaram experiências masculinas, assalariadas e vinculadas ao espaço público. Ao centrar sua atenção em fábricas, sindicatos e formas clássicas de organização operária, essa tradição historiográfica produziu um regime de visibilidade profundamente desigual, no qual as práticas laborais femininas foram marginalizadas ou reduzidas à condição de atividades secundárias. Como observa Perrot, “a história das mulheres é uma história feita de silêncios” (2007, p. 9), e esses silêncios não são acidentais, mas estruturantes das formas pelas quais o passado é narrado e legitimado.

A incorporação do gênero como categoria analítica, conforme formulado por Scott (1995), permite compreender que esses silenciamentos não decorrem da ausência empírica das mulheres, mas de operações simbólicas que definiram o que seria reconhecido como trabalho legítimo. O gênero, afirma Scott, é uma forma primária de significar relações de poder. É nesse ponto que a história do trabalho revela seus limites: ao naturalizar a divisão sexual do trabalho, consolidou-se uma hierarquia que atribuiu valor às atividades masculinas e relegou as práticas femininas ao domínio da natureza, da vocação ou da moralidade.

Na América Latina, essa divisão não pode ser explicada apenas pelas diferenças entre homens e mulheres. Ela foi produzida simultaneamente por processos de colonialidade, racialização e exploração econômica que atribuíram funções distintas às mulheres conforme marcadores de raça e classe.

A perspectiva desenvolvida por Lugones (2014) ajuda a compreender que a colonialidade de gênero constituiu um sistema moderno/colonial de classificação social que articulou sexo, raça e trabalho, produzindo hierarquias que continuam estruturando as formas de reconhecimento das atividades femininas.

Ao revisitar a história do trabalho sob essa perspectiva ampliada, torna-se evidente que as categorias analíticas utilizadas pela historiografia não são neutras. Elas carregam marcas profundas das relações sociais que as produziram. A noção moderna de “trabalho” foi moldada por valores que privilegiam a produtividade mensurável, a racionalidade econômica e a inserção no mercado formal. Essa moldura conceitual excluiu práticas essenciais à reprodução da vida, sobretudo aquelas desempenhadas

por mulheres, frequentemente interpretadas como naturais, espontâneas ou moralmente obrigatórias.

Essa naturalização nunca incidiu de maneira homogênea sobre todas as mulheres. Enquanto o ideal burguês destinava às mulheres brancas o espaço doméstico e a maternidade, mulheres negras, indígenas e mestiças permaneceram vinculadas ao trabalho produtivo e reprodutivo em condições marcadas pela exploração. Isso evidencia que a divisão sexual do trabalho sempre esteve atravessada pelas relações de raça, classe e colonialidade.

A análise do trabalho feminino na América Latina exige atenção às especificidades históricas da região, marcada pela colonização, pela escravidão e pela constituição de sociedades profundamente racializadas. Nesse sentido, a invisibilização do trabalho das mulheres não decorreu apenas das hierarquias de gênero, mas da articulação entre patriarcado e divisão sexual e racial do trabalho, que atribuiu diferentes formas de reconhecimento às experiências femininas conforme marcadores de raça, classe e origem étnica. Essa compreensão dialoga diretamente com a noção de colonialidade do poder proposta por Quijano (2005), segundo a qual a distribuição social do trabalho foi organizada por meio da classificação racial das populações, produzindo desigualdades que permanecem estruturando as relações laborais contemporâneas. Nesse cenário, mulheres negras, indígenas e mestiças ocuparam posições fundamentais para a reprodução econômica e social das sociedades latino-americanas, embora suas experiências tenham sido amplamente invisibilizadas pelas narrativas históricas tradicionais.

Sob esse prisma, a reflexão de Gonzalez (2020) evidencia que compreender a experiência latino-americana implica reconhecer que gênero, raça e classe constituem dimensões inseparáveis das formas de opressão produzidas desde a colonização.

Compreender a história do trabalho latino-americano exige reconhecer que a invisibilização das mulheres não resultou apenas da exclusão de sujeitos femininos das narrativas historiográficas. Ela decorre também da construção histórica das categorias de trabalho, produtividade e reconhecimento, formuladas a partir de referenciais masculinos, brancos e eurocentrados.

Se a colonialidade definiu quem poderia ser reconhecido como sujeito do trabalho, também instituiu regimes de silêncio que moldaram a memória dessas

experiências. Nesse enquadramento, o silêncio configura-se não apenas como ausência, mas como linguagem. Essa perspectiva desloca o olhar da falta de registros para a análise dos regimes de sentido que produziram o apagamento das experiências femininas. A semiótica e a antropológico-semiótica oferecem ferramentas fundamentais para compreender como esses regimes operam, ao evidenciar que o trabalho é também uma construção simbólica inscrita em sistemas culturais que definem valor, reconhecimento e memória.

Ao articular gênero, silêncio e semiótica, este artigo propõe revisitar a história do trabalho na América Latina, ampliando suas fronteiras analíticas e incorporando práticas historicamente marginalizadas. Parte-se da compreensão de que a invisibilidade do trabalho feminino não é um dado, mas o efeito de relações de poder que atravessam tanto as práticas sociais quanto as narrativas historiográficas, produzindo silenciamentos que moldam o que pode ser reconhecido como trabalho.

Esses silenciamentos assumem formas distintas quando observados sob uma perspectiva interseccional, evidenciando que as experiências das mulheres latino-americanas foram constituídas por relações indissociáveis entre gênero, raça, classe e colonialidade.

Para desenvolver esse argumento, o texto organiza-se em quatro eixos: a discussão sobre gênero e regimes de reconhecimento; a análise do silêncio como operador de apagamento; a recuperação de experiências femininas nos mundos do trabalho latino-americanos; e uma reflexão sobre os desafios historiográficos colocados por essa revisão crítica.

Gênero, trabalho e regimes de reconhecimento

A crítica feminista à história do trabalho demonstrou que as categorias centrais desse campo — trabalhador, produção, classe e organização — foram construídas a partir de experiências masculinas tomadas como universais. Em vez de ampliar o conceito de trabalho para abarcar a diversidade das práticas sociais, a historiografia tradicional consolidou um modelo restrito, centrado no assalariamento, na fábrica e na militância sindical. Como observa Saffioti (1976), esse modelo não apenas exclui as mulheres, mas naturaliza uma ordem social que articula gênero, classe e raça na produção de desigualdades estruturais.

Na América Latina, essa articulação assume contornos específicos porque as relações de trabalho foram organizadas pela colonialidade do poder, que vinculou a divisão do trabalho à classificação racial das populações (Quijano, 2005).

A divisão sexual do trabalho ocupa lugar central nesse processo. Longe de ser uma simples distribuição funcional de tarefas, ela opera como um sistema de hierarquização que atribui maior valor às atividades associadas ao masculino e desqualifica aquelas vinculadas ao feminino. Hirata e Kergoat (2007) mostram que essa divisão estrutura tanto a organização material do trabalho quanto os regimes simbólicos que o legitimam. Ao separar produção e reprodução, público e privado, razão e afeto, consolidou-se uma economia moral que atribuiu maior legitimidade às atividades masculinas e invisibilizou formas de trabalho desempenhadas predominantemente por mulheres — especialmente negras e indígenas, cuja inserção histórica sempre esteve marcada por relações de exploração racializadas.

Essa desvalorização não é apenas simbólica. Ela sustenta a lógica do capitalismo moderno. Federici (2017) argumenta que a acumulação capitalista dependeu da expropriação do trabalho reprodutivo, realizado majoritariamente por mulheres e naturalizado como não trabalho. Fraser (2016) amplia essa crítica ao mostrar que a crise contemporânea do cuidado revela a contradição entre a centralidade dessas atividades para a reprodução social e sua persistente desvalorização econômica e política. No contexto latino-americano, essa dinâmica evidencia que a exploração do trabalho reprodutivo não pode ser dissociada das heranças coloniais, que distribuíram de forma desigual tanto o trabalho produtivo quanto o cuidado entre mulheres de diferentes grupos raciais e sociais.

O reconhecimento social do trabalho também foi moldado pela atuação de instituições como o Estado, a Igreja, a imprensa e os sindicatos, responsáveis por definir, regular e legitimar as atividades consideradas trabalho. Na América Latina, esse processo foi atravessado pelas estruturas coloniais de administração e controle social, que reforçaram hierarquias de gênero, raça e classe na organização do mundo do trabalho. Em conjunto, esses dispositivos consolidaram fronteiras simbólicas que separaram o trabalho produtivo, associado ao espaço público, das atividades reprodutivas, vinculadas ao âmbito privado. Ao reforçar essa dicotomia, contribuíram para naturalizar a desigualdade de gênero e marginalizar práticas femininas que,

embora essenciais para a reprodução da vida, não se enquadravam nos critérios formais de reconhecimento.

Outro aspecto relevante é a exclusão da economia afetiva — composta por vínculos, cuidados, reciprocidades e redes de solidariedade — das análises sobre trabalho. Em muitas comunidades latino-americanas, especialmente em contextos de pobreza e informalidade, o trabalho feminino se organiza em torno de relações que desafiam as fronteiras rígidas entre produção e reprodução. Essas práticas revelam formas alternativas de economia, baseadas na interdependência e na manutenção da vida, que escapam às categorias tradicionais da economia política. Em muitos casos, essas práticas foram sustentadas por mulheres negras, indígenas e mestiças, cuja atuação permaneceu à margem das formas oficiais de reconhecimento econômico e historiográfico.

No contexto latino-americano, essas dinâmicas se entrelaçam aos processos de colonialidade, racialização e divisão sexual e racial do trabalho. A perspectiva de Segato (2016) evidencia que o gênero opera como tecnologia de poder inseparável das formas coloniais de dominação, produzindo hierarquias que organizam corpos, territórios e funções sociais. Em diálogo com essa perspectiva, Gago (2019) mostra que grande parte das economias populares latino-americanas é sustentada pelo trabalho feminino realizado em circuitos informais, comunitários e de sobrevivência, atravessados por desigualdades de raça e classe. Nessa mesma direção, Gonzalez (2020) evidencia que as relações entre gênero, raça e classe constituem dimensões inseparáveis da experiência histórica latino-americana, tornando insuficientes as análises que tratam o trabalho feminino apenas a partir da categoria de gênero.

Essas reflexões aproximam-se da noção de colonialidade do poder formulada por Quijano (2005) e da colonialidade de gênero proposta por Lugones (2014), evidenciando que a invisibilização do trabalho feminino não pode ser compreendida separadamente da racialização das relações sociais. Jelin (2010) reforça que a centralidade do trabalho das mulheres para a vida social latino-americana contrasta com sua recorrente marginalização nos registros oficiais e na memória histórica.

Compreender essas desigualdades exige analisar os regimes de reconhecimento que definem o que pode ser reconhecido como trabalho. A semiótica oferece ferramentas decisivas para essa reflexão. Lotman (1996) argumenta que toda

cultura opera como um sistema de significação que seleciona, hierarquiza e distribui sentidos. Verón (1996) reforça essa perspectiva ao afirmar que os fenômenos sociais são processos de produção de sentido inscritos em condições históricas específicas.

Esses regimes semióticos não apenas descrevem o mundo do trabalho: eles o produzem. Também definem quem pode ocupar legitimamente a posição de sujeito do trabalho e quais experiências permanecerão nas margens da memória coletiva. Ao atribuir valor simbólico superior às atividades masculinas, consolidou-se uma narrativa histórica que legitima a desigualdade e naturaliza a exclusão das mulheres. O trabalho feminino, especialmente aquele situado na esfera doméstica, informal ou comunitária, foi deslocado para zonas de menor prestígio simbólico, onde sua importância econômica e social é sistematicamente desconsiderada.

Esses regimes de reconhecimento não apenas hierarquizam práticas, mas produzem silêncios que moldam aquilo que pode ser visto, narrado e legitimado como trabalho. Sob uma perspectiva interseccional, esses silenciamentos atingem de maneira diferenciada mulheres brancas, negras, indígenas e mestiças, evidenciando que a invisibilidade histórica resulta da articulação entre gênero, raça, classe e colonialidade.

Silêncio, memória e apagamento

A invisibilidade do trabalho feminino na história latino-americana não pode ser explicada apenas pela ausência de registros ou por lacunas documentais. Trata-se de um processo ativo de produção de silêncio, atravessado pela colonialidade do poder, que definiu não só quais formas de trabalho seriam reconhecidas, mas também quais sujeitos seriam considerados dignos de memória. Por isso, os silenciamentos recaíram de maneira intensa sobre mulheres negras, indígenas e pobres, cujas experiências ficaram à margem dos registros oficiais e das narrativas historiográficas.

A perspectiva da memória social, formulada por Pollak (1989), ajuda a compreender como esses silenciamentos se estruturam. Em sua análise sobre lembrança e esquecimento, ele afirma:

O silêncio não é simplesmente a ausência de discurso, mas um elemento constitutivo da memória social. Ele resulta de conflitos, disputas e tensões entre grupos que buscam impor suas versões do

passado. O que é silenciado não desaparece: permanece como uma presença subterrânea, como um não-dito que molda tanto o que se lembra quanto o que se esquece. A memória coletiva é, portanto, um campo de forças no qual o silêncio desempenha papel ativo na construção das narrativas legítimas. (Pollak, 1989, p. 4–5)

Essa formulação mostra que o silêncio não é ausência de voz, mas resultado de relações de poder que definem o que merece ser registrado e o que deve permanecer à margem. Pollak denomina de memórias subterrâneas as experiências sufocadas pelos discursos oficiais, mas que permanecem latentes, aguardando condições sociais, políticas e culturais favoráveis para emergirem e disputar os sentidos do passado. Essas memórias não são simples lembranças esquecidas: constituem formas de resistência à narrativa dominante e revelam que o apagamento nunca é absoluto.

A permanência das memórias silenciadas também pode ser explicada pela semiótica. Como argumenta Lotman (1996), toda cultura funciona como um sistema de significação que estabelece centros e periferias do sentido; aquilo que não é incorporado ao centro tende a desaparecer da memória social.

Falar sobre o silêncio é enfrentar um paradoxo: ele é, ao mesmo tempo, ausência de som e excesso de sentido; intervalo entre palavras e modo próprio de enunciação. Em contextos de violência de gênero, o silêncio das mulheres não é apenas impossibilidade de falar, mas constitui uma linguagem própria — carregada de história, trauma e resistência (Bizan, 2025, p. 2).

A antropolinguística aprofunda essa análise ao mostrar que o silêncio não é apenas um efeito discursivo, mas uma tecnologia cultural. Verón (1996) destaca que os fenômenos sociais são processos de produção de sentido inscritos em condições históricas específicas. Assim, o apagamento do trabalho feminino deve ser entendido como parte de um regime discursivo que organiza a percepção social do trabalho, definindo o que é inteligível, valorizado e narrável.

O silêncio também aparece na forma como as próprias mulheres narraram — ou deixaram de narrar — suas experiências. Em muitos casos, a ausência de registros não decorre apenas de mecanismos externos de apagamento, mas de processos internos de subjetivação. Muitas mulheres foram ensinadas a não reconhecer suas atividades como trabalho. A internalização de discursos que associam o valor feminino ao sacrifício, à abnegação e ao cuidado contribuiu para que não se percebessem como agentes econômicas. Isso mostra que o apagamento opera também no plano da

subjetividade, moldando a forma como as mulheres significam suas trajetórias laborais.

Além disso, o silêncio atua de maneira distinta entre diferentes grupos de mulheres. As hierarquias produzidas pela colonialidade atribuíram graus variados de visibilidade às experiências femininas. Mulheres brancas pertencentes às elites foram parcialmente registradas, ainda que sob representações marcadas por estereótipos de gênero. Já mulheres negras escravizadas, indígenas submetidas à dominação colonial e trabalhadoras pobres inseridas na informalidade permaneceram quase totalmente excluídas dos arquivos. A ausência documental dessas mulheres não indica falta de participação histórica; revela os critérios políticos e simbólicos que definiram quais vidas seriam consideradas dignas de memória.

A memória social é profundamente marcada por esses silenciamentos. Halbwachs (2006) argumenta que a memória coletiva é sempre seletiva, moldada por grupos sociais que definem o que deve ser lembrado. Esse processo de apagamento torna-se ainda mais evidente quando se consideram as interseções entre gênero, raça e classe. Mulheres negras, indígenas e pobres foram duplamente silenciadas: por sua posição social e por sua inserção em formas de trabalho historicamente desvalorizadas. Nesse enquadramento, a memória coletiva não apenas preserva determinadas experiências, mas também reproduz relações históricas de poder, selecionando quem será incorporado à narrativa social e quem permanecerá relegado ao esquecimento.

Trazer à superfície essas memórias subterrâneas não significa apenas ampliar o repertório documental sobre o trabalho feminino. Significa questionar os regimes de reconhecimento que definiram quem poderia ocupar um lugar na memória social. Nesse movimento, o silêncio deixa de representar ausência e revela sua potência analítica como operador de apagamento e, simultaneamente, de resistência.

Experiências femininas nos mundos do trabalho latino-americanos

As experiências femininas nos mundos do trabalho latino-americanos entre os séculos XIX e XX foram múltiplas e heterogêneas, profundamente marcadas pelas relações de gênero, raça, classe e colonialidade. Embora distintas entre si,

compartilharam um traço comum: foram atravessadas por processos de silenciamento que limitaram sua inscrição nas narrativas oficiais e contribuíram para a persistente invisibilidade do trabalho das mulheres. Longe de constituírem exceções ou presenças marginais, essas experiências ocuparam posição central na reprodução econômica e social das sociedades latino-americanas, tanto em contextos urbanos quanto rurais. Como observa Jelin (2010), a presença feminina no mundo do trabalho sempre foi intensa, mas sistematicamente desqualificada por categorias analíticas que privilegiaram o assalariamento e a produção industrial, invisibilizando formas de trabalho doméstico, comunitário e informal que sustentaram historicamente a vida social na região.

No espaço doméstico, o trabalho das mulheres assumiu papel central na sustentação das famílias e das economias locais. O cuidado, a limpeza, a alimentação, a gestão da casa e a criação de crianças constituíram atividades indispensáveis, mas historicamente naturalizadas como extensões da feminilidade. Essa naturalização operou como mecanismo de desvalorização simbólica e econômica. Em muitos países latino-americanos, o trabalho doméstico remunerado — exercido majoritariamente por mulheres negras, indígenas e pobres — permaneceu por décadas à margem das legislações trabalhistas. A permanência dessas mulheres em posições de subalternização mostra que a divisão sexual do trabalho sempre esteve articulada à racialização das ocupações de cuidado, reproduzindo desigualdades que persistem até hoje.

A informalidade constituiu outro eixo fundamental da inserção feminina no trabalho. Em muitas cidades latino-americanas, vendedoras ambulantes, quituteiras, lavadeiras, costureiras, parteiras, artesãs e trabalhadoras de rua desempenharam funções essenciais para a economia urbana. Essas atividades, embora centrais para a vida social, foram frequentemente classificadas como “ajuda”, “bicos” ou “extensões do lar”, reforçando sua marginalização simbólica. Ao serem tratadas como atividades menores ou provisórias, essas formas de trabalho foram afastadas dos registros históricos e das memórias públicas sobre a contribuição feminina para a economia latino-americana.

No mundo industrial, a presença feminina também foi significativa. Em fábricas têxteis, de alimentos, de tabaco e de vestuário, mulheres compuseram grande parte

da força de trabalho. A composição dessa força de trabalho refletia as desigualdades raciais das sociedades latino-americanas, concentrando mulheres negras, indígenas e migrantes em postos mais precários e de menor remuneração. Sua participação foi frequentemente representada como secundária, temporária ou menos qualificada. Nash (1989) mostra que essa desqualificação não se baseava em critérios técnicos, mas em construções culturais que associavam o trabalho feminino à docilidade e à subordinação, revelando como gênero, raça e classe operaram conjuntamente na definição dos lugares sociais atribuídos às mulheres trabalhadoras.

Como sintetiza Lavrín (1995):

A história do trabalho feminino na América Latina revela uma presença constante, embora frequentemente invisível. As mulheres trabalharam em casa, nas ruas, nos mercados, nas plantações, nas oficinas e nas fábricas. No entanto, suas atividades foram sistematicamente classificadas como secundárias, complementares ou naturais, e por isso excluídas das narrativas oficiais. (p. 112)

Mais do que ausência de participação, essa invisibilidade revela os critérios políticos e simbólicos que definiram quais formas de trabalho seriam incorporadas à memória social e quais permaneceriam nas margens da história.

As experiências de trabalho das mulheres também revelam estratégias de resistência e criatividade que desafiaram as normas sociais vigentes. Em muitos contextos, elas desenvolveram formas próprias de organização, seja por meio de redes de vizinhança, associações informais, práticas de troca ou solidariedade comunitária. Essas redes funcionaram como mecanismos de proteção, circulação de saberes e construção de autonomia, especialmente em contextos nos quais o acesso aos direitos formais permanecia limitado.

Como observa Gago (2019), essas formas coletivas de organização constituem economias populares capazes de produzir alternativas de sobrevivência e autonomia em cenários marcados pela precarização do trabalho.

Outro aspecto fundamental é a relação entre trabalho feminino e mobilidade social. Para muitas mulheres, especialmente aquelas pertencentes às camadas populares, o trabalho representou simultaneamente espaço de exploração e possibilidade de construção de autonomia. Mesmo em condições de precariedade, o trabalho ofereceu oportunidades de circulação, aprendizado e interação que desafiaram expectativas tradicionais de gênero, ainda que permanecesse atravessado por relações de desigualdade.

Essas experiências mostram que o trabalho feminino esteve longe de ocupar posição periférica na história latino-americana. Sua invisibilização resulta menos da ausência de participação das mulheres e mais dos regimes de reconhecimento que

definiram quais atividades seriam consideradas trabalho legítimo. Recuperar essas trajetórias significa deslocar o olhar das narrativas tradicionais para as memórias subterrâneas que sustentaram, muitas vezes em silêncio, a reprodução econômica e social da região. Isso permite reconhecer que aquilo que permaneceu ausente dos registros oficiais não esteve ausente da história.

Mulheres trabalhadoras na América Latina: casos emblemáticos de resistência e invisibilidade (séculos XIX–XX)

A história do trabalho feminino na América Latina é marcada por episódios de resistência que, embora fundamentais para a compreensão das dinâmicas laborais da região, foram frequentemente silenciados ou minimizados pelas narrativas oficiais. Esses episódios revelam não apenas a presença constante das mulheres nos mundos do trabalho, mas também a violência, a exploração e a desigualdade que moldaram suas trajetórias. Ao recuperar casos emblemáticos de diferentes países, torna-se possível evidenciar a amplitude continental desses processos e a diversidade das formas de atuação feminina.

Os casos apresentados a seguir não pretendem constituir um levantamento exaustivo, mas ilustrar como diferentes contextos nacionais reproduziram mecanismos semelhantes de invisibilização, racialização e desvalorização do trabalho feminino, ainda que sob configurações históricas específicas.

No México, as operárias têxteis de Puebla protagonizaram, entre o final do século XIX e o início do XX, algumas das mobilizações mais significativas do período pré-revolucionário. Muitas delas eram meninas e jovens submetidas a jornadas de até 14 horas, em ambientes insalubres e sob rígida disciplina patronal. As greves de 1884 e 1906 revelaram a capacidade de organização dessas trabalhadoras, que denunciaram abusos, salários miseráveis e violência física. Aceves destaca que “as mulheres de Puebla não apenas sustentaram a indústria têxtil, mas também desafiaram a ordem patriarcal ao reivindicar direitos em um espaço que lhes era negado” (1999, p. 57). Apesar disso, sua participação foi amplamente apagada das narrativas sobre a Revolução Mexicana. Esse apagamento evidencia como a memória nacional privilegiou protagonistas masculinos, relegando a participação feminina às margens da história política e do trabalho.

Em Cuba, as trabalhadoras do tabaco desempenharam papel central na economia e na vida política do século XIX. Nas fábricas de charutos, mulheres eram maioria e exerciam funções que exigiam habilidade técnica e precisão. Muitas participaram de greves e apoiaram o movimento independentista, contribuindo para a circulação de ideias revolucionárias. A presença das “tabaqueras” nos espaços de leitura coletiva — prática típica das fábricas cubanas — permitiu que se engajassem em debates políticos e literários, rompendo com expectativas tradicionais de gênero. Ainda assim, sua atuação foi frequentemente descrita como auxiliar ou secundária, reforçando a marginalização simbólica de seu trabalho.

Esses espaços de leitura e debate também funcionaram como ambientes de formação política, demonstrando que os mundos do trabalho constituíam importantes espaços de produção de conhecimento e sociabilidade feminina.

Na Argentina, a greve das operárias têxteis de Buenos Aires em 1907 tornou-se um marco na história do trabalho feminino. Em um contexto de industrialização acelerada e forte presença de imigrantes, centenas de mulheres paralisaram fábricas, denunciaram abusos e ocuparam as ruas da cidade. Barrancos observa que:

As operárias têxteis de Buenos Aires romperam, em 1907, com o destino de silêncio que lhes havia sido imposto. Ao ocuparem as ruas, desafiaram não apenas os patrões, mas também as normas sociais que pretendiam confiná-las ao lar. (2007, p. 84)

Apesar da repressão policial e da resistência de setores sindicais masculinos, as trabalhadoras conquistaram melhorias e abriram caminho para mobilizações posteriores.

No Chile, o ciclo do salitre no Atacama consolidou uma estrutura de trabalho masculinizada. Contudo, Miranda (2002) documenta que a vida nas 'oficinas salitreras' de Tarapacá dependia crucialmente das mulheres, gestoras da economia doméstica em condições extremas. Essa agência política feminina manifestou-se de forma contundente nas mobilizações que culminaram na *matanza de Santa María de Iquique* em 1907. A presença feminina nesse episódio — um dos mais violentos da história trabalhista chilena, evidenciou que as mulheres não eram meras acompanhantes, mas sujeitos políticos que enfrentaram a repressão estatal por dignidade, desafiando o silenciamento das narrativas oficiais.

No Brasil, as lavadeiras e quituteiras negras do século XIX foram pilares da

economia urbana, articulando trabalho e sociabilidade em espaços frequentemente ignorados pela historiografia (Dias, 1984). Essa atuação, desqualificada por discursos racistas, sofreu novas pressões na transição para o século XX: conforme Rago (1998), estratégias higienistas buscaram converter a trabalhadora em uma figura doméstica e dócil. Tal projeto moralizador utilizou o silêncio para invisibilizar formas de sobrevivência que, como o trabalho de rua, fugiam ao modelo de família nuclear burguesa.

Nesse ambiente, o projeto higienista não apenas disciplinou corpos femininos, mas também reorganizou os regimes de reconhecimento do trabalho urbano, tornando invisíveis práticas econômicas fundamentais para a sobrevivência das populações negras.

No Peru, as trabalhadoras indígenas das comunidades andinas desempenharam papel fundamental na economia agrária e nas redes de troca que sustentaram a vida rural entre os séculos XIX e XX. Muitas atuavam como tecelãs, agricultoras, vendedoras ambulantes e carregadoras nos mercados urbanos, articulando práticas que combinavam trabalho doméstico, comunitário e comercial. Cadena observa que “as mulheres indígenas foram pilares da economia camponesa, mas sua contribuição foi sistematicamente invisibilizada por um Estado que racializou o trabalho e o classificou segundo hierarquias coloniais” (2000, p. 73). A permanência dessas hierarquias demonstra como a colonialidade do poder continuou estruturando os critérios de reconhecimento do trabalho feminino indígena ao longo do século XX. Apesar disso, elas protagonizaram mobilizações contra abusos de autoridades locais, especialmente nas décadas de 1920 e 1930.

Na Bolívia, as mineiras — conhecidas como *palliris* — constituíram um dos grupos mais importantes e menos reconhecidos da história do trabalho no país. Responsáveis por selecionar manualmente o minério descartado pelos homens, elas trabalhavam em condições extremamente precárias, expostas ao frio, à poeira tóxica e à instabilidade econômica. Nash destaca que “as *palliris* sustentavam a economia doméstica e contribuíam diretamente para a produção mineira, mas eram tratadas como apêndices dos trabalhadores homens” (1989, p. 142). Durante as grandes mobilizações mineiras do século XX, especialmente na Revolução de 1952, muitas mulheres participaram de marchas, bloqueios e enfrentamentos com forças estatais,

embora sua atuação tenha sido amplamente silenciada.

Na Colômbia, as trabalhadoras do café desempenharam papel decisivo na economia nacional. Conhecidas como *chapoleras*, eram responsáveis pela colheita, seleção e secagem dos grãos, atividades que exigiam habilidade e resistência física. Apesar disso, sua presença foi frequentemente romantizada ou reduzida a imagens folclóricas, apagando as condições duras de trabalho e a exploração que enfrentavam. LeGrand observa que “as mulheres do café foram essenciais para a consolidação do modelo exportador colombiano, mas raramente foram reconhecidas como trabalhadoras plenas” (1998, p. 201). Em várias regiões, elas participaram de greves e protestos contra intermediários e grandes proprietários.

Na Venezuela, as trabalhadoras do cacau e do café enfrentaram condições de trabalho marcadas por violência e precariedade desde o século XIX. Muitas eram mulheres afrodescendentes que atuavam em plantações e fazendas, realizando atividades pesadas e mal remuneradas. Como aponta Briceño-León (1991) ao discutir a relação entre o café e a estrutura social venezuelana, durante o processo de modernização agrícola do início do século XX, a mão de obra feminina foi essencial, embora sua presença tenha sido sistematicamente apagada dos registros oficiais. A historiografia sobre o período aponta que essas mulheres também participaram de revoltas locais contra abusos de capatazes e proprietários, ainda que raramente tenham sido reconhecidas como agentes políticas.

No Equador, as mulheres indígenas que trabalhavam no sistema de *huasipungo* — uma forma de servidão por dívida — enfrentaram condições de exploração extrema até meados do século XX. Além do trabalho agrícola compulsório, eram responsáveis por tarefas domésticas nas casas dos proprietários, muitas vezes sob violência física e sexual. Muratorio destaca que “as mulheres *huasipungueras* carregavam o peso duplo da exploração econômica e da opressão patriarcal, sendo fundamentais para a reprodução do sistema, mas invisíveis para o Estado e para a historiografia” (1994, p. 56). Sua participação em revoltas camponesas foi decisiva para o fim do sistema na década de 1960.

No Paraguai, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870), as mulheres assumiram praticamente todas as funções produtivas do país, devido à dizimação da população masculina. Elas trabalharam na agricultura, no comércio, na criação de

animais e na reconstrução das cidades. Apesar disso, sua atuação foi posteriormente romantizada como “sacrifício feminino”, apagando a dimensão laboral e política de sua contribuição. Potthast observa que “as mulheres paraguaias reconstruíram o país, mas foram recompensadas com discursos moralizantes que reforçaram seu confinamento ao lar” (1996, p. 88).

No Uruguai, as trabalhadoras frigoríficas e portuárias do início do século XX enfrentaram condições duras e jornadas longas, especialmente em Montevideu. Muitas eram imigrantes que conciliavam o trabalho industrial com as responsabilidades domésticas. Conforme analisa Bentancur (2005), embora essas mulheres tenham participado ativamente de greves e mobilizações, sua presença foi frequentemente minimizada por organizações sindicais que priorizavam as demandas masculinas. Apesar desse silenciamento, a atuação feminina foi um pilar fundamental para a consolidação e o desenvolvimento do movimento operário uruguaio.

Na Guatemala, as mulheres indígenas que trabalhavam nas plantações de café e banana enfrentaram, ao longo do século XX, condições de exploração extrema, marcadas por trabalho forçado, violência sexual e discriminação racial. Apesar desse contexto, participaram ativamente de mobilizações camponesas e de movimentos comunitários que reivindicavam acesso à terra, direitos e melhores condições de trabalho. Como observa Grandin (2000, p. 148), “a violência sexual e o trabalho forçado eram mecanismos centrais de dominação nas plantações, especialmente contra mulheres indígenas”. A atuação dessas trabalhadoras, entretanto, foi amplamente silenciada pela historiografia oficial, que por muito tempo privilegiou narrativas centradas nas elites políticas e econômicas e nos grandes proprietários rurais, invisibilizando o protagonismo feminino indígena nas lutas sociais e nos mundos do trabalho.

Na República Dominicana, as trabalhadoras do açúcar — especialmente nas zonas de bateyes — enfrentaram condições brutais de exploração desde o final do século XIX. Muitas eram mulheres afrodescendentes ou migrantes haitianas, submetidas a jornadas exaustivas e a um sistema de controle rígido. Apesar disso, elas desempenharam papel central na economia açucareira e participaram de protestos e greves, embora raramente tenham sido reconhecidas como protagonistas. Como demonstra Turits, o regime açucareiro dominicano estruturou formas de coerção

racializadas que afetaram de maneira particular as mulheres, cuja presença foi sistematicamente apagada das narrativas oficiais (2003, p. 112–140).

Em Porto Rico, a economia de plantação no século XIX estruturou-se sob a lógica da escravidão e do trabalho forçado. Scarano (1984) destaca que, na região de Ponce, a produção açucareira dependia de uma mão de obra intensiva onde as mulheres escravizadas desempenhavam papéis vitais, desde o cultivo até o processamento. Apesar de sua centralidade econômica, as hierarquias de gênero e raça da sociedade colonial porto-riquenha relegaram essas trabalhadoras a uma posição de silenciamento e dupla invisibilidade nos registros de propriedade e de produtividade da época.

A recorrência desses processos em diferentes países evidencia que a invisibilidade do trabalho feminino não constitui um conjunto de episódios isolados, mas um padrão histórico estruturado por relações de gênero, raça, classe e colonialidade em toda a América Latina. Os casos apresentados demonstram que as mulheres estiveram no centro da produção econômica, da organização comunitária e das lutas sociais latino-americanas, embora seus protagonismos tenham sido sistematicamente deslocados para as margens das narrativas oficiais. Recuperar essas trajetórias significa, portanto, não apenas ampliar a história do trabalho, mas também questionar os regimes de reconhecimento que definiram quais experiências seriam preservadas pela memória coletiva e quais permaneceriam submetidas ao silêncio histórico.

Considerações finais

A análise das experiências femininas nos mundos do trabalho latino-americanos evidencia que a invisibilidade do trabalho das mulheres não decorre de lacunas documentais ou de ausências empíricas, mas de processos históricos estruturados por relações patriarcais, coloniais e racializadas. Ao organizar a divisão sexual do trabalho e estabelecer hierarquias de valor, essas estruturas definiram quais atividades seriam reconhecidas como produtivas e quais permaneceriam relegadas às margens das narrativas históricas.

Ao naturalizar a associação entre feminilidade, cuidado e domesticidade, o

patriarcado produziu mecanismos de silenciamento que atravessaram tanto as práticas sociais quanto a produção do conhecimento histórico. Esses processos limitaram o reconhecimento das múltiplas formas de trabalho desempenhadas pelas mulheres, especialmente por aquelas situadas em posições marcadas pela intersecção entre gênero, raça e classe.

Os casos analisados demonstram que as mulheres estiveram presentes nos mais diversos espaços produtivos — domésticos, comunitários, informais, rurais e industriais — participando ativamente da reprodução econômica e social da América Latina. Ainda assim, suas contribuições foram sistematicamente desqualificadas por regimes de reconhecimento que privilegiaram determinadas formas de trabalho em detrimento de outras, produzindo um padrão recorrente de invisibilização.

A perspectiva antropológica adotada neste estudo permitiu compreender que o trabalho constitui também uma construção simbólica. Nesse sentido, o silêncio não representa mera ausência de registro, mas um mecanismo ativo de produção de sentidos, capaz de definir quem pode ser reconhecido como sujeito histórico e quais experiências são incorporadas à memória coletiva.

Revisitar a história do trabalho sob essa perspectiva implica questionar as categorias tradicionais que sustentaram a exclusão de inúmeras experiências femininas dos registros oficiais. Mais do que recuperar trajetórias individuais, trata-se de compreender os processos históricos que produziram seu apagamento e de problematizar as estruturas simbólicas que continuam condicionando o reconhecimento social do trabalho das mulheres.

Ao evidenciar a centralidade das mulheres na constituição das economias e das sociedades latino-americanas, este artigo reafirma a necessidade de reescrever a história do trabalho a partir de perspectivas capazes de integrar gênero, raça, classe e colonialidade. Reconhecer essas trajetórias não representa apenas um exercício de revisão historiográfica, mas um passo fundamental para desestabilizar os regimes de reconhecimento que, ao longo do tempo, transformaram presenças históricas em aparentes ausências. Ao reinscrever essas experiências na narrativa histórica, amplia-se também a própria compreensão da memória coletiva, tornando visíveis sujeitos, práticas e saberes que permaneceram por muito tempo à margem dos registros oficiais.

Referências

- ACEVES, María Teresa Fernández. *Mujeres en el cambio social en el México del siglo XX*. México: CIESAS, 1999.
- BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina: una historia de cinco siglos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.
- BENTANCUR, Nicolás. *Historia del movimiento obrero uruguayo*. Montevideo: Trilce, 2005.
- BIZAN, Kátia. A semiose do silêncio e a escuta como método: reflexões peirceanas sobre a violência de gênero e o conhecimento sensível. *Semeiosis*, v. 12, n. 1, 2025.
- BRICEÑO-LEÓN, Roberto. *Café y sociedad en Venezuela*. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 1991.
- DE LA CADENA, Marisol. *Indigenous Mestizos: the politics of race and culture in Cuzco, Peru, 1919–1991*. Durham: Duke University Press, 2000.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FRASER, Nancy. *Contradições do capital e cuidados sociais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2019.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZÁLEZ MIRANDA, Sergio. *Hombres y mujeres de la pampa salitrera*. Santiago: LOM Ediciones, 2002.
- GRANDIN, Greg. *The Blood of Guatemala: a history of race and nation*. Durham: Duke University Press, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

JELIN, Elizabeth. *Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

LAVRÍN, Asunción. *Women, Feminism and Social Change in Argentina, Chile and Uruguay, 1890–1940*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1995.

LEGRAND, Catherine. Living in Macondo: economy and culture in a Colombian coffee region. In: JOSEPH, Gilbert; LEGRAND, Catherine; SALVATORE, Ricardo (orgs.). *Close Encounters of Empire*. Durham: Duke University Press, 1998. p. 199–233.

LUGONES, María. Rumor a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. DOI: 10.1590/S0104-026X2014000300013.

LOTMAN, Iúri. *La semiosfera I*. Madrid: Cátedra, 1996.

MURATORIO, Blanca. *The Life and Times of Grandfather Alonso: culture and history in the Upper Amazon*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1994.

NASH, June. *We Eat the Mines and the Mines Eat Us: dependency and exploitation in Bolivian tin mines*. New York: Columbia University Press, 1989.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POTTHAST, Barbara. *Paraíso de Mahoma? Poligamia y concubinato en el Paraguay del siglo XIX*. Asunción: Servilibro, 1996.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

SCARANO, Francisco A. *Sugar and Slavery in Puerto Rico: the plantation economy of Ponce, 1800–1850*. Madison: University of Wisconsin Press, 1984.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação &*

Realidade, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

TURITS, Richard Lee. *Foundations of Despotism: Peasants, the Trujillo Regime, and Modernity in Dominican History*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

VERÓN, Eliseo. *La semiosis social: fragmentos de una teoría de la discursividad*. Barcelona: Gedisa, 1996.